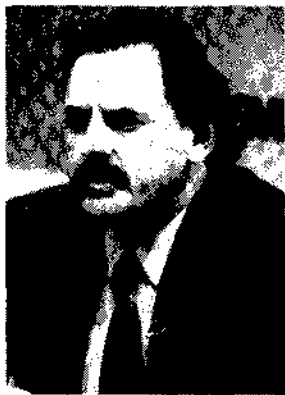


Nelson Jobim

Em sua estréia na Câmara, foi um dos formuladores da tese da soberania da Constituinte. E parlamentarista



Nelson Jobim (PMDB-RS), 40 anos, advogado, neto do primeiro governador eleito do Rio Grande do Sul, Valter Jobim, chega à Câmara dos Deputados com 28.453 votos, no espaço aberto com a saída do deputado João Gilberto e pela decisão do presidente do PMDB gaúcho, Cezar Schlmer, de permanecer na Assembleia Legislativa.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Santa Maria, ex-presidente da seção gaúcha da OAB, Jobim foi um dos principais formuladores da tese da soberania plena para a Constituinte. Ele, porém, considera "absolutamente razoável" a solução encontrada para o problema, por entender que a fórmula finalmente adotada não submete a Constituinte ao sistema estabelecido pela Constituição em vigor.

Parlamentarista, defensor do modelo clássico de gabinete, ele, porém, acha que a sua adoção teria necessariamente que ser precedida de uma mo-

dificação na composição da Câmara. Segundo ele, a fórmula adotada durante o governo Figueiredo, que limitou a 60 deputados a maior representação dos estados, fixando o mínimo em oito, provoca uma distorção, fazendo com que os estados mais populosos estejam sub-representados na Câmara. "Essa situação, se não for corrigida, repercutirá na formação do gabinete favorecendo o seu comando pelas forças conservadoras".

A discussão da duração do mandato presidencial, em sua opinião, deve ser posterior à definição do regime político, incluindo-se, portanto, nas disposições transitórias. É simpático ao voto distrital, modelo alemão, "com algumas alterações". Jobim considera que o Governo vem conduzindo a contento as negociações para a solução da dívida externa, defende a realização de uma auditoria e alerta que a queda do volume de divisas vai implicar "em grandes dificuldades de bens de consumo".

Hélio Manhães

Capixaba, começou na política como vereador. Moderado, defende o mandato de 4 ou 5 anos e a reforma agrária



Hélio Carlos Manhães (PMDB-RS), 52 anos, foi reeleito deputado federal com 42.723 votos, com o apoio do empresário Camilo Cola, candidato derrotado ao Senado. Natural de Cariacica, casado, duas filhas, advogado, antes de chegar à Câmara foi vereador (58 a 62) em Cachoeiro do Itapemirim e deputado estadual (62 a 66) pelo extinto PSP.

Em 1974, elegeu-se novamente para a Assembleia pela legenda emedebista, assumindo em 76 a prefeitura da Cachoeiro de Itapemirim de onde saiu para a Câmara dos Deputados.

Moderado, a favor da propriedade privada, Manhães votou pelas diretas já e na chapa Tacre-do/Sarney no colégio eleitoral. Ele defende um mandato de quatro ou cinco anos para o Presidente da República sem direito à reeleição. Seguindo à risca "o compromisso assumido por Tacre-do". Con sidera a questão da dívida externa um tema "melo explosivo", defendendo a suspensão do seu pagamento "por um prazo capaz de permitir a solução dos

graves problemas sociais e econômicos enfrentados pelo País", sugerindo que o Governo procure aliados no plano internacional.

Defende a adoção do parlamentarismo, embora ache que o modelo a ser implantado deva ser caracteristicamente brasileiro, "aproveitando algumas vantagens do presidencialismo, até que tenhamos o sistema partidário consolidado". Também é simpático à introdução do voto distrital, preferencial mente na forma mista, por entender que ele empresta "maior representatividade à estrutura política".

Católico praticante, ele votará contra a legalização do aborto, embora admita uma legislação mais moderna, que se ajuste melhor à realidade brasileira.

Manhães posiciona-se pela efetivação da reforma agrária, sem "desrespeito ao direito de propriedade". Ele, porém, reconhece a necessidade de o Governo adotar medidas "audaciosas e rígidas" para vencer as pressões que tentam inviabilizar a concretização da reforma.